

ANEXO – IV

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A FUNDAÇÃO DO ABC - FUABC, E DO OUTRO LADO A EMPRESA....., CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIAZADA EM SERVIÇOS DE PROVEDOR DE E-MAIL, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE ASSINATURAS DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES MICROSOFT, INCLUINDO IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO DAS FERRAMENTAS DO MICROSOFT OFFICE 365 OPERANDO EM FORMATO HÍBRIDO AS CONTAS DE E-MAIL DO PROVEDOR ASSIM VISANDO MODERNIZAR E OTIMIZAR A COMUNICAÇÃO E COLABORAÇÃO INTERNA DA FUNDAÇÃO DO ABC E SUAS UNIDADES GERENCIADAS, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATADA:

A **FUNDAÇÃO DO ABC**, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0001-00 neste ato representado por seu Presidente (qualificação completa), doravante denominada simplesmente “CONTRATANTE”, e de outro lado, a empresa (qualificação completa), representada neste ato por seu representante legal (qualificação completa), doravante designada “CONTRATADA”, tendo em vista o que consta no Processo nº 0___/2024 nas condições e especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência e de acordo com a nova Lei Geral de Licitações e Contratos nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e, subsidiariamente, pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, suas alterações posteriores e demais normas legais pertinentes, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.0. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de provedor de e-mail, incluindo o fornecimento de assinaturas de licenças de uso de softwares Microsoft, incluindo implantação e gerenciamento das ferramentas do Microsoft office 365 operando em formato híbrido as contas de e-mail do provedor assim visando modernizar e otimizar a comunicação e colaboração interna da fundação do abc e suas unidades gerenciadas, nas condições e especificações constantes do presente Termo de Referência e de acordo com a Lei Geral de Licitações e Contratos nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

1.2. Constituem parte integrante deste Contrato os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram manter pleno conhecimento.

I- Edital de Pregão Eletrônico nº 0___/2024

- II- Termo de Referência;
- III- Proposta de preços, documentos de habilitação e declarações;
- IV- Termo de Responsabilidade pelo tratamento de dados pessoais – Fornecedor;
- V- Questionário de Due Diligence de Compliance de Fornecedores;
- VI - Termo de ciência e notificação.
- VII - Declaração de Cumprimento ao Código de Conduta Ética - Fornecedores.

2.0 . VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. O prazo de vigência deverá ser pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais períodos a critério da contratante até o período de 60 (sessenta) meses, desde que:

- a) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja apresentado justificativa e motivo, por escrito, de que a Instituição Contratante mantém interesse na realização do serviço;
- d) Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Contratante;
- e) Haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação; e
- f) Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.0. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

3.1. Provedor de serviços de e-mail e licenciamento do office 365, conforme configurações descritas, mantendo como o mesmo domínio para os serviços previstos abaixo, nas contas tipo I, II e III:

SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QTDE
Contas de e-mail (Tipo I)	Contas de e-mail sem compartilhamento de recursos de tarefas, agendas e calendários com espaço de armazenamento mínimo de 25 Gb.	2000
Contas de E-mail (Tipo II)	Contas de E-mail office 365 Standard	300
Serviço de E-mail (Tipo III)	Serviço E-mail relay de 500 mil disparos mês/conta	001

3.1.1. CONTAS DE CORREIO ELETRÔNICO (TIPO I)

- Deverão ser fornecidas contas de correio eletrônico, com espaço de armazenamento de, no mínimo, 25 (vinte) Gb por caixa postal;
- Permitir que e-mails sejam movidos automaticamente para pastas específicas;
- Possibilitar o encaminhamento de mensagens;
- Possuir filtros de anexos;
- Permitir a criação de pastas e subpastas para organização de mensagens;
- Possibilitar a configuração de regras de envio e recebimento de e-mails;

- Permitir a configuração de mensagens automáticas para encaminhamento aos contatos, no caso de ausências, férias, dentre outros;
- Apresentar painel de controle de e-mails com interface amigável para administrar, criar e configurar contas de e-mail;
- Permitir a criação de no mínimo 40 (quarenta) listas de e-mail com possibilidade de inclusão de endereços externos e internos;
- Possibilitar que as listas de e-mail possam receber e-mails de domínios externos e internos e/ou apenas de endereços do domínio interno;
- Possibilitar a importação e exportação de dados (contatos, caixas postais e calendários);
- Permitir a busca por caixas postais através das informações pessoais;
- Permitir a criação de apelidos (alias) para um endereço de e-mail;
- Possibilitar o redirecionamento de mensagens a um e-mail externo;
- Permitir a edição das informações da conta de correio eletrônico e do perfil;
- Possuir o gerenciamento e agrupamento de pastas;
- Possuir o catálogo de endereços;
- Possuir recurso de cópia oculta;
- Possibilitar a utilização de assinatura no corpo do e-mail na interface web;
- Permitir o bloqueio ou liberação de mensagens vindas de destinatários específicos;
- A solução deve suportar o acesso SSL aos dados do usuário através de protocolos IMAP (Internet Message Access Protocol), POP 3 (Post Office Protocol – Versão 3) e SMTP (Simple Mail Transfer Protocol);
- Permitir a visualização e edição das configurações de SPAM;
- Possuir recurso anti-phishing (fraude eletrônica);
- Possuir log da administração dos recursos das contas de correio eletrônico;
- Possibilitar a customização da interface web, acrescentando-se o logo da Fundação do ABC;
- Possuir recurso para importação de caixas postais eletrônicas;
- Possuir recurso para gerenciamento de contatos, incluindo importação e exportação;
- Permitir o acesso a lista global de endereços da Fundação do ABC;
- Apresentar, no mínimo, 20 (vinte) MB para cada mensagem de saída através de webmail (com anexos);
- Apresentar, no mínimo, 20 (vinte) MB para cada mensagem de saída através de programas clientes de correio eletrônico (com anexos);
- Apresentar, no mínimo, 20 (vinte) MB por mensagem recebida (com anexos);
- Permitir a inclusão de pelo menos 50 (cinquenta) destinatários para cada e-mail enviado;
- Possibilitar a inclusão de, no mínimo, 20 (vinte) arquivos anexados para cada e-mail;
- Apresentar no mínimo o envio de 100 (cem) mensagens a cada 1 (uma) hora para cada caixa postal do domínio da organização;
- Possibilitar o envio de no mínimo 500 (quinhentas) mensagens do domínio da organização a cada 1 (uma) hora;
- Sugerir automaticamente um contato para blacklist ou whitelist, de acordo com o comportamento do domínio em relação a envio de spam;
- Possibilitar o bloqueio de links maliciosos no corpo da mensagem;
- Possibilitar a geração de relatórios web e acesso via browser (navegador);
- Permitir a definição de permissão para o uso do webmail, através do Painel de Administração;
- Possibilitar a criação de listas de distribuição, através do Painel de Administração, devendo ser possível a inclusão de domínios diversos nestas listas.

3.1.2. CONTAS DE CORREIO ELETRÔNICO (TIPO II)

O Office 365 Standard é um pacote de produtividade completo da Microsoft, projetado para empresas que buscam uma solução robusta para colaboração e gerenciamento de tarefas. Este pacote inclui uma ampla gama de aplicativos e serviços que permitem uma maior produtividade e segurança no ambiente de trabalho. Entre os principais recursos e ferramentas, destacam-se:

- Outlook: Serviço de e-mail e calendário empresarial com 50 GB de armazenamento por usuário, incluindo funcionalidades avançadas de gerenciamento de mensagens e integração com outras ferramentas do Office 365.
- OneDrive: Armazenamento em nuvem com 1 TB de espaço por usuário, permitindo acesso, compartilhamento e sincronização de arquivos de forma segura e eficiente.
- Microsoft Teams: Plataforma de comunicação e colaboração que integra chat, reuniões online, videoconferências e compartilhamento de arquivos, proporcionando um ambiente de trabalho colaborativo.
- Office Online: Acesso às versões web dos aplicativos do Office, como Word, Excel, PowerPoint e OneNote, permitindo a criação e edição de documentos diretamente no navegador.
- Aplicativos do Office para Desktop: Versões completas dos aplicativos Word, Excel, PowerPoint, Outlook, Publisher (somente PC) e Access (somente PC), que podem ser instaladas em até 5 dispositivos por usuário, incluindo PCs, Macs, tablets e smartphones.
- Compartilhamento e Colaboração: Ferramentas que permitem a coautoria de documentos em tempo real, facilitando a colaboração entre equipes.
- Segurança Avançada: Proteções contra malware, Phishing e perda de dados, além de conformidade com regulamentações e normas de segurança.
- Administração Simplificada: Painel de administração intuitivo para gerenciar usuários, configurações de segurança e políticas de conformidade, proporcionando um gerenciamento eficiente do ambiente de TI.

3.1.3. CONTAS DE CORREIO ELETRÔNICO (TIPO III)

- Deverá ser fornecida 1 (uma) conta de e-mails de disparo em massa, ou e-mail relay, com limite de 500.000 (Quinhentos mil) disparos mês/conta;

4.0. DO PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

4.1. A Contratada deve estar apta para início da prestação do serviço na data de assinatura do contrato.

4.2. Caso, por motivo justo e devidamente justificado, a Contratada solicitar prorrogação do prazo para iniciação dos serviços, este pedido será analisado pela área requisitante sobre sua pertinência, por conveniência e oportunidade da Fundação do ABC.

4.3. Se a Contratada não cumprir o prazo de início, sem justificativa formal aceita pela Contratante, decairá seu do direito de fornecer os serviços adjudicados, sujeitando-se as penalidades previstas neste Termo de Referência, sendo convocados os proponentes remanescentes em ordem de classificação.

5.0. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada:

5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar junto a Nota Fiscal mensal, um relatório com a relação de serviços e licenciamentos disponibilizados para o domínio ou subdomínio;

- 5.2.** A CONTRATADA será integralmente responsável pela idoneidade técnica e moral dos seus funcionários e por eventuais danos ocasionados, quando da execução dos serviços e deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE.
- 5.3.** A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, reservando-se à CONTRATANTE o direito, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços diretamente ou por prepostos designados.
- 5.4.** Responsabilizar-se integralmente pelo bom andamento dos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, designar por escrito, preposto para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato.
- 5.5.** A CONTRATADA deverá estar em condições de prestar os serviços a partir da data da assinatura do Contrato e manter essa condição durante a vigência do contrato, atendendo a demanda contratada, incluindo-se eventuais acréscimos ou supressões que não deverão ultrapassar os 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da lei nº 14.133/21.
- 5.6.** Disponibilizar equipe técnica especializada para a prestação de serviços de suporte técnico remoto à CONTRATANTE durante a vigência do contrato via telefone, web e e-mail.
- 5.7.** Manter os serviços relacionados à presente contratação conectados à rede internet, de forma dedicada, em alta disponibilidade sem intervalos, salvo problemas de natureza técnico-operacional ou de força maior, hipóteses essas em que, sempre que houver previsibilidade a CONTRATADA deverá se empenhar no sentido de comunicar o evento previamente à CONTRATANTE.
- 5.8.** Não divulgar e nem comercializar sem previa autorização da CONTRATANTE seus dados cadastrais e e-mail que venha a ter acesso, a não ser em solicitações oficiais com seus devidos documentos legais.
- 5.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal.
- 5.10.** Encaminhar mensalmente no prazo adequado para as providências do pagamento a nota fiscal consolidada com os impostos incluídos devidamente discriminados para o local designado pela CONTRATANTE.
- 5.11.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros resultantes direta ou indiretamente da execução deste serviço, a inadimplência da CONTRATADA com referência a estes encargos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seus pagamentos, nem poderá onerar o objeto deste contrato.
- 5.12.** Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes da execução do contrato e, ainda, por todos os danos e prejuízos que causar a seus funcionários ou a terceiros em virtude de execução do presente.
- 5.13.** Executar o serviço dentro dos padrões de qualidade e segurança e obedecer às normas estipuladas para o tipo de serviços realizado.
- 5.14.** Deverá ainda se responsabilizar pelas despesas do serviço a ser prestado, isentando a CONTRATANTE de quaisquer ônus relativos à mão de obra, transporte, alimentação, salvo se comprovado através de laudo técnico que a CONTRATANTE deu causa (negligência, imperícia ou imprudência).

5.15. Responsabilizar-se pelo pagamento de tributos, taxas e outros que incidir sobre a prestação dos serviços, incluído aqueles que incidam sobre os serviços que compete a CONTRATANTE a retenção na fonte por força de lei.

5.16. A empresa vencedora deverá adotar todas as medidas de segurança necessárias, dentro das exigências legais, inclusive equipando seu(s) colaborador(es) com EPIs conforme Norma Regulamentadora, bem como todas as normas impostas pelas autoridades públicas e aplicáveis ao objeto do presente.

6.0. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela licitante, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.2. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias para a implantação do serviço;

6.3. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto especificado neste instrumento e seus anexos;

6.4. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA cumpra suas obrigações na forma deste instrumento e seus anexos;

6.5. Rejeitar no todo, ou em parte, os serviços inadequados, solicitando que sejam refeitos a expensas da CONTRATADA.

6.6. Efetuar e atestar o pagamento dos serviços na forma deste instrumento e seus anexos;

6.7. Notificar, por escrito, a contratada, da constatação de quaisquer irregularidades pertinentes ao bom andamento dos serviços;

6.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.9. Designar representante designar representante com competência legal para proceder ao acompanhamento e fiscalização dos com competência legal para proceder ao acompanhamento e fiscalização dos produtos ofertados;

6.10. Realizar avaliação periódica sobre a qualidade dos serviços prestados pelo fornecedor;

6.11. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA às dependências das unidades de saúde relacionadas à execução dos serviços;

7.0. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e acompanhamento da execução do objeto será por meio da área requisitante, observando que:

7.1. O Fiscal designado anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverá ser solicitada a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

7.3. A fiscalização por parte da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade de seus agentes e prepostos, ressaltando-se, ainda, que mesmo atestado o serviço adquirido, subsistirá a responsabilidade da Contratada pela solidez, qualidade e segurança deste último.

8.0. DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

8.1. É vedada a cessão ou transferência total ou parcial dos direitos e/ou obrigações inerentes a este contrato, por quaisquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra.

9.0. DO PAGAMENTO

A Contratante compromete-se a pagar o preço constante da proposta da Contratada, observadas as seguintes condições:

9.1. O pagamento será feito no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento de recibo/nota fiscal/DANFE e após atestação dos serviços realizados no período, observando-se a retenção determinada pela ordem de serviço nº 203 de 29/01/99 do INSS.

9.2. As notas fiscais referentes aos serviços prestados deverão ser entregues em tempo considerável (até o quinto dia útil do mês do mês subsequente), para que a Contratante possa proceder com as análises devidas e o subsequente pagamento dos valores.

9.3. É obrigatório a inclusão do número do processo no corpo da nota fiscal, caso não haja tal informação o pagamento não será efetuado até sua regularização.

9.4. Caso seja detectado algum problema na documentação entregue anexada à nota fiscal, será concedido, pela Contratante, prazo para regularização.

9.5. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da Nota Fiscal/Fatura por parte da Contratada importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da Contratante.

9.6. Em caso de eventuais atrasos, os valores serão atualizados de acordo com a legislação vigente.

9.7. A Contratada deverá indicar, com a documentação fiscal, o número da conta corrente e a agência, preferencialmente do Banco Santander S/A, a fim de agilizar o pagamento.

9.8. O pagamento devido pela Contratante será efetuado mediante a apresentação pela Contratada dos seguintes documentos:

- Nota Fiscal constando a discriminação detalhada do serviço prestado;
- Comprovante de cadastro do CNPJ;
- CND válida, provando a regularidade do prestador de serviços junto à Previdência Social;
- Prova de Regularidade perante o FGTS;

9.9. Fica expressamente vedada a emissão e negociação de qualquer duplicata com base (ou relacionada) nos valores devidos pela Contratante sob o presente instrumento.

9.10. A Fundação do ABC não assumirá responsabilidade alguma por pagamento de impostos e encargos que competirem a Contratada, nem estará obrigado a restituir-lhe valores, principais e acessórios, que porventura despendem com pagamento dessa natureza.

10.0. DO VALOR

10.1. Dá-se ao presente contrato o valor estimado mensal de R\$ _____ (_____), perfazendo o valor estimado global de R\$ _____ (_____), conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Qtd	Valor Unitário	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado
1	Contas de e-mail (Tipo I)	2000	R\$	R\$	R\$
2	Contas de e-mail (Tipo II)	300	R\$	R\$	R\$

3	Serviço de e-mail (Tipo III)	01	R\$	R\$	R\$
			TOTAL	R\$	R\$

Quantidade inicial a ser contratada:

Item	Descrição	Qtd	Valor Unitário	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado
1	Contas de e-mail (Tipo I)	1000	R\$	R\$	R\$
2	Contas de e-mail (Tipo II)	20	R\$	R\$	R\$
3	Serviço de e-mail (Tipo III)	01	R\$	R\$	R\$
			TOTAL	R\$	R\$

11.0. DO REAJUSTE

11.1. Os preços dos serviços contratados são fixos e irrevogáveis durante os 12 (doze) primeiros meses.

11.2. A Contratada poderá solicitar o reajuste das mensalidades após decorrido o período de 12 (doze) meses do início da prestação dos serviços, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, havendo solicitação expressa da CONTRATADA e anuência da CONTRATANTE, segundo critérios abaixo:

11.2.1. Eleição do Índice:

11.2.1.1. Dois meses de retroação da data base (mês da proposta)

11.2.2. Na periodicidade:

11.2.2.1. Será considerada a variação ocorrida no período de 12(doze), a contar do mês da proposta, observada a retroação de dois na eleição dos índices

11.3. Só poderá ser aplicado um único e exclusivo reajuste contratual a cada 12 (doze) meses, não sendo permitida outras formas de reajuste.

12.0. A ALTERAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO

12.1. Este contrato poderá ser modificado no todo ou em parte, por acordo entre as partes, somente através de Termo Aditivo.

13.0. DAS PENALIDADES E RECURSOS

13.1. A Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- I) advertência;
- II) multa, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
 - III) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas em contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
 - IV) 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou 5% (cinco por cento) do valor total do objeto contratado, no caso de inexecução parcial;
 - V) Impedimento de licitar e contratar;

VI) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.2. Da aplicação das penalidades previstas nos incisos I, II e III do caput, poderão ser interpostos recursos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

14.0. DA RESCISÃO

14.1. A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme penalidades do artigo anterior.

14.2. As práticas passíveis de rescisão, tratadas no inciso anterior, podem ser definidas, dentre outras, como:

a) corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da **Contratante** no processo administrativo ou na execução do Contrato;

b) fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo administrativo ou de execução do Contrato;

c) colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais interessados, com ou sem conhecimento de representantes da Companhia, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) coercitiva: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo administrativo ou afetar a execução do Contrato;

e) obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

14.3. As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa física e/ou jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes da **Contratada** e dos administradores ou gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da lei.

14.4. São considerados motivos para a rescisão:

a) a inexecução parcial ou total das obrigações e prazos constantes nos Instrumentos Convocatórios e Contratuais;

b) a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

c) a decretação de falência ou a insolvência civil do contratado;

d) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **Contratada**, desde que prejudique a execução do Contrato;

e) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;

f) o atraso nos pagamentos devidos pela **Contratante** decorrentes de serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

g) a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

h) a aplicação ao contratado de suspensão do direito de licitar e/ou contratar com a **FUNDAÇÃO DO ABC E SUAS UNIDADES GERENCIADAS**;

i) o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

j) ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento administrativo regulamentar e licitatório público;

k) ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento administrativo regulamentar e/ou licitatório público; ter afastado ou procurado afastar Proponentes, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

l) ter fraudado procedimento administrativo regulamentar e/ou licitação pública ou Contrato dela decorrente;

m) ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar Contrato Administrativo;

n) ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de Contratos celebrados com a Administração Pública e demais entes licitantes, sem autorização em lei, no instrumento convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

o) ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos celebrados com a Administração Pública;

p) ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional;

15. O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, desde que haja conveniência para a Contratante mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade superior, nos termos do artigo 138, §1º da Lei 14.133/21.

15.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Este ajuste regular-se-á pelas suas disposições e partes integrantes tais como seus anexos, processo administrativo, proposta da CONTRATADA, legislação vigente e demais normas de direito aplicáveis.

15.2. A tolerância por qualquer das Partes em exercer qualquer de seus direitos sob o presente não deverá ser considerada renúncia ou novação, e não afetará o subsequente exercício de tal direito. Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for especificamente outorgada por escrito.

15.3. Na hipótese em que quaisquer termos ou disposições do presente contrato venham a ser declarados nulos ou não aplicáveis, tal nulidade ou inexequibilidade não afetará o restante do contrato, que permanecerá em pleno vigor e eficácia, como se tais disposições jamais lhe houvessem sido incorporadas.

15.4. Em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei nº 12.709/2018 - as partes se obrigam a respeitar os termos e condições estabelecidos no Anexo V.

15.5. O presente contrato não cria qualquer vínculo empregatício, societário, associativo, de representação, agenciamento, consórcio, ou assemelhados entre as Partes, arcando cada qual com suas respectivas obrigações nos termos do ordenamento jurídico em vigor.

16.0. DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro de Santo André – São Paulo, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Santo André, XX de XXX de 2024.

FUNDAÇÃO DO ABC
(Representante legal)

CONTRATADA
(Representante legal)

Testemunhas:

1- Ass: _____ Nome: _____ CPF: _____

2- Ass: _____ Nome: _____ CPF: _____

ANEXO V – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº XXXX

DA PROTEÇÃO DE DADOS E TERMO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

1.1. Quando utilizados neste Contrato os seguintes termos, no singular ou no plural, terão o significado atribuído a eles abaixo, exceto se expressamente indicado ou acordado entre as Partes de outra forma:

Dado(s) Pessoal(ais)” significa qualquer informação que identifique ou possa identificar uma pessoa física, como, por exemplo, nome, CPF, endereço, e-mail, número de IP, número de conta corrente, dentre outras.

“Dado(s) Pessoal(ais) Sensível(eis)” significa qualquer informação que revele, ou qualquer tratamento que venha revelar, em relação a uma pessoa física, sua origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a Organização de caráter religioso, filosófico ou político, dados referentes a saúde ou a vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

“Titular(es)” significa qualquer pessoa física identificada ou que possa vir a ser identificada a partir dos Dados Pessoais.

“Tratamento” significa toda e qualquer atividade realizada com os Dados Pessoais, incluindo (mas não se limitando à/ao), coleta, armazenamento, compartilhamento, destruição, agregação, dentre outros.

“Violação de Dados” significa um incidente de segurança não autorizado que provoque (i) destruição, (ii) perda, (iii) alteração, (iv) divulgação ou (v) acesso acidental ou ilegal a Dados Pessoais.

LEGISLAÇÃO DE Proteção de Dados: significa qualquer lei sobre privacidade e proteção a dados, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), à(s) qual(is) a CONTRATADA esteja sujeita em conexão com o Contrato (incluindo, sem limitação, e a título de exemplo, interpretações, decisões, acordos ou diretrizes de qualquer autoridade governamental);

LGPD: significa a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, assim como suas eventuais alterações, regulamentações ou substituições.

Todos os demais termos não definidos neste Contrato que possuem definição na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) serão compreendidos como ali descritos.

1.2. As Partes, neste ato, se comprometem a cumprir toda a legislação aplicável sobre a segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive (sempre e quando aplicáveis) a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/2014), seu decreto regulamentar (Decreto 8.771/2016), a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) (LGPD), e as demais normas setoriais ou gerais sobre o tema, se

comprometendo a tratar os dados pessoais e sensíveis (“Dados”) de acordo com as melhores práticas de proteção de dados utilizadas no mercado, se comprometendo a:

- (i) Atender eventuais solicitações de autoridades brasileiras, incluindo a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”);
- (ii) Respeitar, no Tratamento de Dados, os princípios descritos no artigo 6º da LGPD, disponibilizando aos Titulares todas as informações obrigatórias previstas na LGPD e nas demais legislações aplicáveis;
- (iii) Manter um programa de segurança da informação apropriado, razoável e por escrito, que inclua medidas físicas, técnicas e organizacionais proporcionais à natureza do dado pessoal tratado sob este Contrato, medidas que correspondam ou superem padrões e boas práticas industriais e que sejam adequadas a prevenir a Violação de Dados Pessoais;
- (iv) As Partes cumprirão a Legislação de Proteção de Dados que tenha conexão com este Contrato;
- (v) Não reter quaisquer Dados por período superior ao necessário para o cumprimento das suas obrigações ou para cumprimento de prazo fixado em lei específica, salvaguardas e hipóteses em sentido contrário;
- (vi) Respeitar os direitos dos Titulares previstos na LGPD, e responder às solicitações dos Titulares;
- (vii) Manter registro dos Tratamentos realizados e
- (viii) Notificar, quando exigido pela legislação, as autoridades competentes e os Titulares sobre eventual a Violação de Dados, nos termos do artigo 48 da LGPD.

1.3. As Partes declaram que têm compromisso com a privacidade de seus clientes, parceiros e empregados, sendo sua atuação guiada pelos seguintes princípios: (a) limitação de uso de dados pessoais ao extremamente necessário para atender aos propósitos empresariais; (b) acesso aos dados pessoais apenas por pessoas imprescindíveis e eliminação de dados quando não mais necessários; (c) cuidado adicional no tratamento de dados pessoais sensíveis; (d) transparência com clientes, parceiros e empregados; (e) segurança dos dados pessoais.

1.4. A parte prejudicada terá o direito de ser reembolsada pela parte infratora por quaisquer perdas, danos, multas, custos ou despesas (incluindo despesas e desembolsos legais) incorridos pela parte prejudicada e que resultem de uma Violação de Dados Pessoais, falha na adoção de medidas de segurança exigidas pelo artigo 46 da LGPD ou da violação de algum item desta cláusula em relação a quaisquer dados pessoais tratados em conexão com o Contrato, e que tais valores serão considerados perdas diretas e serão devidos pela parte infratora à parte prejudicada, mediante comprovação.

2.0 - A CONTRATANTE exige que todos os seus fornecedores e/ou prestadores de serviços, tenham comportamentos socialmente responsáveis e cumpram as disposições legais que proíbem o uso de mão-de-obra infantil e trabalho análogo à escravidão, assim como a legislação que determina a empregabilidade de pessoas com deficiências e dos que buscam o primeiro emprego (PNPE), devendo cumprir todas as obrigações previdenciárias e trabalhistas com seus colaboradores e/ou da mão de obra terceirizada ou subcontratada.

2.1 - A CONTRATANTE declara que cumpre a legislação relacionada aos direitos humanos e não tolera atos de discriminação, assédio ou abuso, suborno e/ou atos ilícitos que favoreçam a exploração de crianças e adolescentes, nos termos da Política de Direitos Humanos da CONTRATADA.

2.3 - A CONTRANTE declara que segue as diretrizes e legislações para preservar o meio ambiente e repudia o uso de recursos naturais não licenciados pelos órgãos de proteção ambiental, bem como cumpre com os procedimentos legais aplicáveis à sua atividade.

Santo André, XX de XXX de 2024.

FUNDAÇÃO DO ABC
(Representante legal)

CONTRATADA
(Representante legal)